**VISÃO DOS PAIS A CERCA DA IMPORTÂNCIA DA CRECHE NA**

**FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Ludimilla Neres Costa

***Resumo***

 *O presente artigo trás como objetivo analisar as idéias e contradições dos pais sobre a visão dos mesmos acerca da importância dessa instituição na formação das crianças. Além disso, analisar os acontecimentos acerca do surgimento da concepção de infância que teve origem no século XVII até os dias atuais numa perspectiva histórica social, relacionando-as com a realidade local, em que levantamos as concepções dos pais que têm crianças com idade de freqüência na creche, verificando também as idéias dos que matriculam e os que não matriculam os filhos na creche municipal “Cantinho Feliz” no município de Santa Cruz do Xingu-MT.*

***Palavras-chave****: Pais, creche, freqüência, crianças.*

 **1.0 - Introdução**

 Dessa maneira para compreender a educação infantil como também as divergências e convergências de idéia na sociedade contemporânea com relação aos pais matricularem ou não os filhos na creche, é necessário conhecer como também analisar a origem das diferentes formas de educar a criança, tendo em vista a visão da sociedade do mundo ocidental.

 Na história da antiguidade e educação escolar era privilegio de uma pequena camada da população elitista, na sociedade moderna, advento da sociedade urbana e industrial foi necessário um investimento de caráter assistencialista para dar apoio às mães que trabalhavam nas fabrica.

 As creches surgiram no século XIX nos países Europeus e Norte Americano ao passo que no Brasil as creches surgiram no inicio do século XX. Posteriormente deixaram de serem de caráter assistencialista em 1996, com o processo de redemocratização brasileira, marcado pelas lutas dos movimentos sociais, ensejado à educação infantil um espaço no âmbito da legislação, em que o novo estatuto foi atribuído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei esta de número 9394/96, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Pelo Ex Ministro da Educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996, baseada no principio do direito universal à educação para todos, trazendo diversas mudanças em relação às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creche e pré – escola) como primeira etapa da educação básica.

 Nessa linha de pensamento, este trabalho em sua pesquisa de campo, procurou sistematizar questões que desenvolvem análises sobre a visão dos pais em relação a função da creche no desenvolvimento da criança, em que, para elaborar esta pesquisa, foram consultadas bibliográficas que direcionam os principais tópicos sobre o tema, com o objetivo de promover o projeto referido.

* 1. **Fundamentos Teóricos**

 O projeto apresentado tem a finalidade de apresentar como se deu o desenvolvimento da creche, as idéias e contradições, no seu processo histórico social e conseqüentemente seu desenvolvimento no município de Santa Cruz do Xingu-MT.

 Numa perspectiva histórica durante os séculos XI XII com as crianças, que eram excluídas da pertença social, sendo vistas como seres insignificantes, no processo de socialização. Os pais das crianças daquela época ensinavam-lhes bons modos, aplicando-lhes métodos rigorosos, privando-as da palavra perante a sociedade.

 Nesse período, o modo de lidar com as crianças eram baseados em alguns costumes herdados da Antiguidade. O papel da criança era definido pelo pai. Os direitos do pai no mundo grego que o pai, além de incluir total controle sobre o filho, incluía também de tirar-lhe a vida, caso o rejeitasse. No mundo germânico, além do poder do pai exercido no seio da família, existia o poder patriarcal, exercido pela dominação política e social, pois nas sociedades antigas, o *status* da criança era nulo.

 No decorrer do século XVI, os padres jesuítas procuraram estabelecer relação com indígenas e com as crianças tendo como objetivo ensiná-las a ler e orar, visando evangelizar os nativos, tal objetivo fez com que os padres enfrentassem dificuldades, tendo em vista a diversidade cultural daquela tribo indígena.

 No passado, vários pais de crianças indígenas confiaram aos padres da companhia de Jesus a responsabilidade de educar seus filhos, o que contribuiu para que houvesse uma transformação radical na cultura daquele grupo indígena, pois os religiosos queriam ensinar suas doutrinas e valores, uma educação católica, o que possibilitou para que ocorresse mudança na vida das crianças indígenas, alterando sua cultura depois que elas aprenderam outros ofícios no seu período de puberdade.

 Essa relação estabelecida entre religiosos e crianças indígenas acontecia nas aldeias, local onde os padres ministraram seus trabalhos e, o ensino das crianças filhos de portugueses era diferenciado do ensino das crianças filhos de nativos, pelo motivo de que as primeiras possuíam condições financeiras favoráveis, diferentemente dos índios, tidos como seres insignificantes que segundo os europeus não eram civilizados, (Priore, 2004).

 Esse relacionamento entre religiosos e crianças nativas acontecia nas aldeias pelo fato de que naquela época não existia creche e, nota-se que até então somente as crianças de classe média tinham acessos a uma educação de qualidade, como também a um ambiente favorável para o seu aprendizado.

 No inicio do século XVII surgiram às primeiras preocupações com a educação das crianças, essas preocupações resultaram do reconhecimento e da valorização que elas passaram a ter no meio em que viviam.

 Somente a partir desse século que a sociedade juntamente com a família, começou a se preocuparem com essas crianças. Áries (1981) foi um dos grandes colaborados para o surgimento de infância, cujas teorias a serem destacadas são: a paparicação e o apego para com o aprendizado das crianças, fatos estes que contribuíram para que houvesse mudanças no meio social.

 Faz-se importante salientar que a preocupação com a moralidade infantil é concomitante ao nascimento de uma nova disciplina. Contabilizar os habitantes de um país tornou-se uma prática a partir de meados do século XVIII, como meio para dimensionar o potencial produtivo do Estado assim como engrossar a força militar, já que as crianças ganham estatuto mercantil de riqueza do Estado. (SPINDOLA, GHIRADELLO, ALMEIDA, 2006).

 Vários pedagogos do século XIX como Manacorda, Fröebel, Maria Montessori entre outros contribuíram bastante para educação infantil, através de pesquisas científicas, afirmando ser a faixa etária de zero a dois anos o alicerce para toda a vida da criança.

 Em 1908, teve início a primeira creche popular científica dirigida a filhos de operários de até dois anos... enquanto que havia creches na Europa desde o século XVIII e os jardins-

de- infância apareceram a partir do século XIX, no Brasil, ambos são instituições do século XX.

 Até 1920, as instituições tinham um caráter exclusivamente filantrópico e caracterizado por seu difícil acesso oriundo do período colonial e imperialista da história do Brasil. A partir desta data, deu início á uma nova configuração.

 “Nessa década, passava-se á defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais” (KRAMER, 1995, p.55).

 A década de 1930 foi marcada pelos movimentos de contestação e reinvidicação iniciadas as décadas de 1910 a 1920 dos vários setores da população, ao governo, em que todas as camadas pleitearam seus direitos, dentre eles a garantia de creche para as crianças filhas de trabalhadoras, o Estado, se viu obrigado a assumir o papel de buscar incentivo (financiamento) de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados voltado à assistência infantil, (Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência Social, Ministério da Educação e também a iniciativa privada).

 Nessa década passou-se a preocupar-se com a educação física e higiene das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas, tendo como principal objetivo o combate à mortalidade infantil.

 Nesta época iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada e sempre numa perspectiva emergencial, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições.

 Em 1932, o manifesto dos pioneiros e documentos que contribuíram para a criação de instituição e assistência a criança pré-escolar (até seis anos) e organização do jardim-de-infância, cuja indústria contribuíram para a criação de instituição educacional infantil (creches a escolas maternais, nas vilas operárias).

 Dessa maneira, a prefeitura de São Paulo em 1935 criou o serviço municipal de jogos e recreio, sendo instituídos os primeiros parques infantis, estes abrigavam menores uma vez que por conta do crescimento do operariado urbano e do numero de mulheres que trabalhavam em indústrias, não havia quem cuidasse das crianças em casa, surgindo então a primeira creche no Brasil, localizada em São Paulo.

 Em 1940 surgiu o departamento Nacional da Criança, com objetivo de ordenar atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, sendo administrado pelo

 Ministério da Saúde. Vários anos depois houve uma forte tendência médico-higiênica do departamento nacional da Criança, desenvolvendo vários programas e campanhas visando a qualidade de vida da criança combate à desnutrição, vacinação e diversos estudos e pesquisas de cunho médico realizadas no Instituto Fernandes Figueira, tendo em vista que nos anteriores havia preocupação com um caráter de assistência a saúde/ preservação da vista, não se relacionando com o fator educacional. Era também fornecido auxílio técnico para a criação, ampliação ou reforma de obras de proteção materno-infantil do país, basicamente hospitais e maternidade.

 Posteriormente ocorreu o Departamento Nacional da Criança que teve um enfraquecimento e acabou transferindo algumas se suas responsabilidades para outros setores, prevalecendo o caráter médico-assistencialista, enfocado suas ações em reduzir a morbimortalidade materna infantil.

 Vale ressaltar que o movimento iniciou-se na década de 1960, cuja luta por creche surgi como enfoque novo, diferentemente do da creche vista como um programa que atendesse à classe trabalhadora pobre. A idéia defendida foi a de que a creche estendesse seu atendimento a todas as mulheres independentemente de sua necessidade de trabalho ou de classe econômica. Proposta esta que considera a creche como um direito à educação da criança pequena desvinculando-a de seu papel substituto do amor.

 Embora haja mudanças no discurso que versa sobre a creche, há um aspecto que persiste desde seu surgimento em que se iniciou destinada às classes pobres e que deverá suprir a ausência materna, oferecendo o que, a partir das Luzes tornou-se naturalizado: a maternagem como manifestação do amor.

 O atendimento às crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo.

Neste momento as mulheres deixaram seus lares, onde eram cumpridoras de seus afazeres de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, entrarem no mercado de trabalho.

 Atrelado a este fato, sob pressão das mães trabalhadoras, que viam nas creches um direito, seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da educação infantil (termo atual referente ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos) no Brasil.

 Contudo, nesse período um movimento educacional denominado Escola Nova teve a preocupação em aplicar idéias de natureza pedagógica para com as crianças, ações estas que resultaram na promulgação da LDB dando ênfase a educação pré-primária, estabelecendo medidas educacionais para as crianças menores de 6 anos, apesar disso,o governo privou-se

da responsabilidade de dar suporte a educação infantil em escolas públicas, alegando falta de recurso para essa atividade.

 Nessa década, as empresas deram sua parcela de contribuição para com a educação infantil preparando um local adequado ao atendimento dos filhos de trabalhadoras, ações estas que favorecem tanto a classe patronal quanto a classe operária; essas ações por parte das empresas só foi possível após a criação da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas ocorrido em 1943, atribuindo-lhes obrigações.

 Esse período da história caracterizou-se pela abertura do debate sobre o caráter assistencialista das Creches que teve sua origem na França expandindo-se por todo mundo, inclusive para o Brasil que adotou este método, surgindo então abordagem educativas e o aparecimento de teorias pedagógicas compensatórias para crianças carentes de cuidados.

 Após várias lutas por melhoria, na década de 70 ocorreu então a promulgação da lei n° 5.692, de 1971, o qual faz referência à educação infantil, dirigindo-a como ser conveniente à educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.

 Num outro momento sugere-se que as empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento (educacional) a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo Poder público. A referida lei recebeu inúmeras críticas, quanto sua superficialidade, sua dificuldade na realização, pois, não havia um programa mais específico para estimular as empresas à criação das pré-escolas.

 A sociedade, através de suas reivindicações condenou a permanência da educação elitista brasileira, priorizando uma escola pública gratuita, leiga e obrigatória o que não era permitida na idade média.

 Em 1970, mulheres trabalhadoras organizaram movimentos sociais, com o objetivo de lutar por seus direitos trabalhistas como também a garantia de atendimento em creche para guarda, alimentação e higiene de seus filhos.

“As crianças tanto podem ser vistas como seres desprotegidos e que precisam estar constantemente sob o controle de adulto, como também sua voz está desconsiderada frente à hierarquia ou à experiência dos mais velhos... permanecerem constantemente vigiadas ou cuidadas, para serem o limite da ocupação dos alunos sobre a crianças pequenas.” (DELEGADO, SAYÃO, MOTA, 1998).

 Os cuidados com a criança há alguns décadas atrás era de caráter assistencialista, cuja preocupação era com a higiene e cuidados com a alimentação; atualmente a criança é educada através de métodos pedagógicos, através de brincadeiras, interação com as demais

crianças como também com os adultos. Abordando os aspectos pedagógicos da família, Nogueira (1998) explica que a participação dos pais na vida escolar dos filhos, pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar dos filhos. O entrosamento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos.

 Trata-se de procurar entender o papel da creche para todas as crianças entre nós, brasileiras, hoje, considerando a polaridade clássica na sociologia entre natureza e cultura.

 As estratégias discursivas para a promoção da educação dos bebês focavam a função da mãe e propunha como aparato institucional para substituir sua ausência a creche. Adotada nos países ocidentais e apresentadas como grande invocação nas Exposições Cientificas do início do século XIX, a creche se difundiu trazendo em seu modelo assistencial o peso de sua origem: substituir as mães das crianças pobres.

 Nos dias atuais há uma nova visão por parte da sociedade no que diz respeito à creche sendo esta um espaço administrado por determinado governo (no caso brasileiro, estadual ou municipal), organização não-governamental ou, mesmo, um espaço dentro de alguma empresa onde os pais podem deixar seus filhos enquanto trabalham. Esses espaços existem para pessoas que não tem com quem deixar seus filhos seja com conhecidos, ou, com babás, sendo aberto a todos.

 A atual função da creche é percebida diretamente vinculada aos aspectos pedagógicos e abertos, cumprindo uma função de guarda e atendimento das necessidades básicas das crianças. No entanto, vários pais percebem na creche uma oportunidade de seus filhos ampliarem seus conhecimentos. Outras, revelam o desejo de que a creche venha a suprir a carência que sentem (e sofrem) de vários equipamentos sociais, ajudando-as a superar as dificuldades que enfrentam.

“O relacionamento entre as creches e as famílias usuárias se dá, basicamente, através se rápidos contatos na hora de chegada ou saída das crianças e de reuniões mensais ou semestrais, onde o comparecimento dos responsáveis não é muito grande. O pessoal da creche considera que a principal motivação das famílias ao procurarem o serviço é a necessidade da mãe trabalhar fora de casa e a possibilidade da criança ali receber alimentação”. (CRUZ, 2001, pág. 52).

 Na visão de Barreto (1995), no que diz respeito ao pouco número de crianças que possui acesso as creches não governamentais, argumenta que, “apesar da expansão dos últimos anos, o acesso deixa muito a desejar, especialmente se considerar-mos que as crianças de renda mais baixa estão tendo oportunidade muito menores do que as de nível sócio-econômico mais elevado.”

 Para Barreto (1995, pag.99).

“no caso dôo atendimento em creches, a falta de informação é mais séria, uma vez não existente levantamento sistemático e preciso sobre esse segmento”.

 Pensamos que o momento exige um acompanhamento e posicionamento da instituição de ensino frente a esta situação que atinge o Brasil e nosso município, isso porque a formação de professoras/es de educação infantil é tida como recente no país.

Segundo as idéias de Jean – Jacques Rousseau – Emilio ou da Educação (Sociologia e Educação Infantil – fascículo 03 – 2006 – Pag. 50) “não se conhece a infância como as falsas idéias que dela temos, quanto mais longe, mais nos extraviamos. Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram sempre o homem na criança, sem pensar no esta é, antes de ser homem. (...) Amanham-se com as plantas pela cultura e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte seu porte e sua força seriam inúteis.”

 Para Miguel Arroio, (Sociologia e Educação Infantil – fascículo 03 – 2006 – Pag. 50).

“A criança deixou de ser apenas objeto dos cuidados maternos e hoje tem que ser objeto dos deveres públicos do estado da sociedade. Estes fenômenos, estes fatos sociais são fundamentais para que o autor tenha consciência de seu papel enquanto educador da infância. Infância que muda que se constrói que aparece não só como sujeito social de direito. (...) Infância que passou a ser sujeito de direitos públicos, e,consequentemente criou obrigações publica por parte do estado.”

 Segundo Manacordo (1989, p.304-05), destaca a relação educação sociedade pois estas apresentam dois aspectos importantes na pratica e na reflexão pedagógica moderna, considerando que essa educação deveria privilegiar a livre atividade, jogo, a afetividade e a socialização, cuja sociedade moderna precisaria compreender que a criança como ser em potencial, haveria necessidade de ser respeitada durante seu desenvolvimento, desde suas atividades (sensorio-motoras e intelectuais).

Nessa perspectiva, após estudos realizados sobre os aspectos histórico-social do desenvolvimento das creches, o projeto apresentado teve como finalidade analisar os motivos que instigam os pais da nossa comunidade santa-cruzense a matricular ou não seus filhos na creche municipal “Cantinho feliz”, pois diante dos nossos estudos bibliográficos pode-se perceber a relevância do trabalho da creche para o desenvolvimento da criança. Perceber a relevância do trabalho da creche para o desenvolvimento da criança.

* 1. **Análise dos Dados**

 Na sociedade atual ocorre a divergência e convergência de idéias em relação ao processo educativo da creche. Nota-se, portanto a participação dos pais no que diz respeito à freqüência dos filhos pequenos nas creches e, em alguns casos por não terem informações específicas dos filhos pequenos nas creches e, em alguns casos por não terem informações específicas no processo de ensino pedagógico das creches opta por não matricularem seus filhos, esses possuem visões distorcidas sobre a aplicação dos métodos de ensino nas creches, pais que pensam ser a creche um ambiente de cuidar apenas dos filhos das Famílias menos favorecidas.

 Dessa maneira os entrevistados que têm filhos matriculados na creche ressaltam seus aspectos favoráveis ao desenvolvimento das crianças.

Segundo a mãe “A”, “a necessidade de ter um local onde pudesse deixar as crianças quando estivesse trabalhando”.

Para a mãe “B”, “a precisa de trabalhar, pois a creche era local mais adequado, pois não tinha como pagar par alguém cuidar dos filhos e a creche é uma instituição gratuita”.

Para a mãe “C”, “porque não tem como pagar uma pessoa para cuidar dos filhos e como preciso trabalhar, a creche é um local adequado para deixar a criança”.

Na visão das mães A, B e C a creche é uma instituição fundamental para a classe de manter seus filhos.

De acordo com os relatos dessas mães, podemos analisa que estas concepções de creche estão presas aquelas do século XVIII, no que diz respeito á atuação da mesma que tinha como objetivo atender as crianças pobres enquanto as mães trabalhavam cuja instrução utilizava-se do modo assistencialista e, conforme citado na justificativa.

Nessa perspectiva o pai “D” relatou que, “além da necessidade de trabalhar, outras mães que tinham colocado seus filhos na creche, fizeram propaganda do trabalho desenvolvido pelas professoras e isso motivou a colocar o filho na creche”, essa influência mudou sua concepção, pois hoje vê a creche como um lugar para deixar seu filho onde através de jogos e brincadeiras, prepara a criança para viver em sociedade, iniciando-os numa educação pedagógica.

Segundo Piaget (1962, apud DORIN, 1981), a criança passa por estágios do desenvolvimento cognitivo que se divide em: o estágio sensório-motor (de zero a dois anos), estágio pré-operatório (de dois a set anos), estágio das operações concretas (de sete a onze anos) e estágio lógico formal, a partir de doze anos. Sendo que é no estágio-sensório-motor que se inicia o desenvolvimento da inteligência na criança, no qual o conhecimento é construído pelo contato físico da criança com o objeto, ou seja, a criança tem necessidade de tocar, brincar sacudir e morder os objetos; sendo estes estágios os que abrangem a maioria das crianças usuárias de creche.

No decorrer das entrevistas com pais que não matriculam os filhos na creche, podemos perceber que existem grandes divergências de idéias no que diz respeito á matricula das crianças na creche no quais os relatos dos entrevistados destacam que:

Para a mãe “E”, “não precisa e também não trabalha fora e as pessoas que trabalham na creche são despreparadas”.

Segundo a mãe “F”, “na creche é o lugar para crianças que precisa ficar enquanto a mãe trabalha, nós não precisamos disso, a creche é um lugar de crianças pobres com piolho e não tenho coragem de colocar meu filho lá”.

 Para o pai “H”, “a creche um lugar aonde só tem gente pobre e feia, eu não preciso

colocar meu filho lá; prefiro pagar uma escola particular e ter meu filho numa bonito e limpinho”. Este pai possui outra visão sobre a creche com isso faz surgir conceitos estereotipados, tanto da imagem que se tem da creche como também do educador analisando-a de maneira discriminatória, preconceituosa e negativa, no que diz respeito á função dos mesmos, como também possui certo receio em deixarem seus filhos na creche, julgando esta ser m ambiente inadequado e, na sua visão o educador não tem qualidade profissional no diz respeito aos cuidados como também a educação de seus filhos.

De acordo com o que foi citado na justificativa, este pai encontra-se equivocado no que diz respeito á função da creche atual como também à atuação do (a) educador (a) infantil.

Segundo as idéias de Rousseau – Emilio ou da Educação (Social e Educação Infantil - fascículo 03 – 2006 – Pag. 50) “Não se conhece a infância como as falsas idéias que dela temos, quando mais nos extraviamos...”.

Na concepção a mãe “G”, “primeiro porque estou sempre em casa e prefiro cuidar pessoalmente do meu filho, segundo porque acho a creche um lugar muito bagunçado sem qualquer profissional qualificado para trabalhar”. As mães E e G, relatam que por não trabalharem fora de casa, não precisam colocar os filhos na creche, por acharem que na mesma não têm profissionais qualificados, porém, de acordo com o que foi citado na justificativa, que os profissionais que estão desvinculado do processo atual. Pois podemos observar que os profissionais que estão atuando na creche estão em fase de formação através dos cursos ministrados pelo CEAD, CONSÓRCIO PRÓ-FORMAR, UNEMAT, entre outros, através dos convênios firmados entre município e instituição de ensino.

As idéias de Piaget tiveram grande aceitação no Brasil, se expandindo entre as décadas de 1970 e 1980, inspirando nova proposta metodológica, conhecida como construtivismo, idéias estas que contribuíram para mudar a visão sobre a função da creche, como também trazendo solução para os problemas educacionais.

Vale ressaltar que os pais que têm filhos na creche, estão sempre procurando se informar sobre o processo pedagógico, participam ativamente na educação dos seus filhos indo nas reuniões, valorizando e confiando nos profissionais da educação infantil como também na instituição de ensino, fazendo com que tenham uma concepção completamente diferente dos pais que não matriculam seus filhos nessas instituições.

A atual função a creche é percebida diretamente vinculada aos aspectos pedagógicos e aberta a todo, cumprindo uma função de guarda e atendimento das necessidades básicas das crianças. Vale ressaltar que durante as décadas de 1960 e 1970, o conceito da instituição

creche mudou a partir de reivindicações e propostas de movimentos sociais urbanos (ROSEMBERG, 1984).

O que podemos perceber a respeito da conclusão da análise de dados, com relação às divergências e convergências de idéias dos pais na atualidade é que de acordo com o grau de instrução de cada um dos entrevistados, observamos que alguns estão presos à atuação da creche no passado, outros por possuírem um grau de escolaridade mais elevado possui uma visão voltada mais para a realidade no que diz respeito à função da creche atual.

* 1. **Considerações Finais**

Acreditamos que reflexões sobre as divergências e convergências de idéias dos pais matricularem ou não os filhos na creche municipal “Cantinho Feliz” no município de Santa Cruz do Xingu, estão entrelaçados com a necessidade de informação precisa a respeito da atuação da creche, com a educação das crianças, sendo que as maiorias dos entrevistados ainda estão presos às concepções do passado.

Nesse sentido, os resultados de nossa pesquisa revelam a urgência de elaboração de políticas públicas para a educação infantil na creche municipal, tendo em vista a falta de informação por parte dos pais a respeito da função da creche na realidade atual.Para isso é necessário que haja interação entre a sociedade – família – creche – professor (a), tendo em vista que nessa concepção a respeito da visão dos pais em matricularem ou não os filhos na creche, nos fazem empenharmos em nossa formação e capacitação como professore, para posteriormente com a ajuda de autoridades locais, buscarmos meios para conscientizar esses pais que se puseram contrários à idéia de matricularem os filhos na creche municipal.

Podemos perceber então que de acordo com o relatado pelos pais durante a entrevista, no que diz respeito à matrícula dos filhos na creche, é que a maioria dos entrevistados estão equivocados sobre a atual função da creche, cujas idéias dos mesmos não condizem com a realidade, pelo fato de eles estarem presos à idéia do passado, concluímos que, por falta de conhecimento, esses pais fazem julgamento precipitados como também incorretos sobre a atual função da creche e do educador para com a criança.

Dessa maneira, para que esses pais conheçam a realidade da instituição e do profissional da educação sobre o que está certo ou errado, fez-se necessário que haja a divulgação do trabalho dos profissionais da educação infantil, como também mudar o

conceito de creche, fazendo com que esses pais participem ativamente na educação das crianças.

Nessa linha de pensamento, estaremos ao longo de nosso curso conhecendo a realidade dos problemas enfrentados pela creche, e juntamente com os demais colegas do curso estaremos buscando condições, políticas públicas, entre outros meios que irão contribuir para o bom desenvolvimento e aprendizado da criança na Educação Infantil, como também divulgar nosso trabalho para a comunidade local.

**Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Ordália Alves – História da educação: o lugar da infância no texto histórico – educacional fascículo 1 – licenciatura em pedagogia para a educação infantil, Cuiabá: EdUFMT, 2006.

COVEZZI, Marinete – Sociologia – fascículo 3, sociologia e educação infantil, pag.50, Cuiabá: EdUFMT, 2006.

CRUZ Silva Helena Vieira. Creche comunitária – Gerenciamento Guia Básico n. 1, Fortaleza. Faculdade de educação, Universidade Federal do Ceará. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias.

ESPÍDOLA, Ana Lúcia – GHIRALDELLO, Antônio Vitório – ALMEIDA, Ordália Alves – História da educação – em três momento da história do Brasil: Período Colonial, Período Imperial e Primeira República – fascículo 2, licenciatura em pedagogia para educação infantil, Cuiabá: EdUFMT, 2006.

ESPÍDOLA, Ana Lúcia – GHIRALDELLO, Antônio Vitório – ALMEIDA, Ordália Alves – História do Brasil: a infância na república – fascículo 3, licenciatura em pedagogia para educação infantil, Cuiabá: EdUFMT, 2006.

FRAIMAN, L.P.E. (1997). A importância da participação dos pais na educação escolar. São Paulo, 134 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, USP.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção, A abordagem sócio – histórica como orientadora da pesquisa qualificava – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – Cadernos de pesquisa, pág. 05, n° 116. São Paulo, junho de 2002.

GOMES, J. V. (1992). Relações família e escola: continuidade e descontinuidade no processo educativo.Idéias Secretárias da Educação, São Paulo, n°16, pág.84 – 92.

HADDAD, L. *A creche em busca de sua identidade.* São Paulo, Editora Loyla, 1991.

LEFÉVRE Fernando*,* importância da creche para o processo de inserção social e para o ingresso da criança na cultura.

NOGUEIRA, M.A. (1998), relação família – escola: novo objeto da sociologia da educação. Cadernos de educação PAIDÉIA. FFCL RP – USP, Ribeirão Preto, Fev/Ago.

PRIORI. Mary Del. História das crianças no Brasil; Organização 4ª ed. – São Paulo: Contexto 2004.

Revista HISTEDBR On – line, Campinas, n°17, p. 79 – 90, março 2005 – ISSN: 1676 – 2584.

SERAFINI, A.Z. et al.(1996). Família: a relação entre expectativas dos pais e a aprendizagem. Revista Psicopedagógica. [S.L.]. v.15,n/39, pág. 4 – 5.

.